

Celia Helena de Pelegrini Della Méa
celiahp@terra.com.br

Grisiê de Mattos Gründling
grizmg@hotmail.com

Enunciação benvenistiana e ensino da língua portuguesa

Benveniste's enunciation and the Portuguese language teaching

RESUMO - Com este trabalho, objetiva-se discutir a importância do estudo da enunciação para o ensino de língua portuguesa. A questão se problematiza na medida em que é constatado o uso quase exclusivo da gramática normativa na fundamentação do estudo da língua no decorrer da educação básica. Sabe-se, porém, que tal priorização não tem formado sujeitos leitores e escritores proficientes, contrariando o conteúdo versado pelos PCNs, cujas recomendações para o ensino de língua portuguesa definem-se por privilegiar o desenvolvimento das competências e habilidades para o uso concreto da língua. Assim, a língua, entendida no interior de seu funcionamento, na interação entre interlocutores, ganha o estatuto de produzir novos sentidos, portanto, ganha “olhar” enunciativo e deve ser considerada e ensinada por esse viés. Por fim, a Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste, considerada basilar nos estudos enunciativos sobre a língua/linguagem, fornece subsídios para o tratamento da língua em uso, ou melhor, em dada situação que pressupõe as categorias de pessoa, tempo e espaço. Portanto, os fundamentos teóricos da enunciação benvenistiana respondem ao que preconizam os PCNs sobre o ensino de língua portuguesa.

Palavras-chave: enunciação, ensino, língua.

ABSTRACT - The objective of this paper is to discuss the importance of enunciation studies to the Portuguese language teaching. The issue has arisen due to the fact that there is almost an exclusive use of the normative grammar in the grounds of language studies during basic education. It is known, however, that this prioritization has not made students proficient readers or writers, and it goes against the content of PCNs (National (Brazilian) Curricular Parameters), whose recommendations for the Portuguese language teaching are defined by the focus on developing skills and abilities for the concrete use of language. Thus the language, understood here through its use, in the interaction between interlocutors, gains the status of producing new meanings, and, therefore, gains an enunciation “view” and must be considered and taught by this principle. Finally, Emile Benveniste's Theory of Enunciation, which is considered fundamental in enunciation studies about the language, provides the principles for the treatment of language in use, or better, in a given situation that requires the categories of subject, time and space. Therefore, the theoretical foundations of Benveniste's enunciation respond to what the PCNs recommend concerning the Portuguese language teaching.

Key words: enunciation, teaching, language.

Introdução

O problema central que motiva esta pesquisa é a constatação de que o professor de língua portuguesa ainda utiliza, quase que exclusivamente, para fundamentar o ensino da língua portuguesa, manuais que privilegiam a norma culta e regras gramaticais descontextualizadas (sejam gramáticas ou livros didáticos), apesar da profusão de estudos linguísticos apontando a insuficiência dessa escolha.

A cada ano, avaliações e pesquisas têm revelado o insucesso de estudantes do Ensino Básico nas competências de leitura e escrita. Essa verificação leva estudiosos de áreas relacionadas a tais competências justificarem, com segurança e quase com unanimidade, que o quadro desenhado é resultado da centralização do ensino de língua na aprendizagem de regras separadas das situações de uso. Flores *et al.* (2008, p. 179) confirmam tais ideias:

[d]iscutimos eternamente o que é saber português, qual língua deve ser ensinada, a pertinência do estudo da gramática, a importância da análise do texto, o necessário conhecimento dos gêneros textuais e discursivos, a coesão e a coerência etc. E enquanto esses debates acontecem, continuamos priorizando a diferença entre o dígrafo e um grupo consonantal, entre um hiato e um ditongo, entre uma oração coordenada subordinada sindética explicativa e uma oração subordinada adverbial causal, na certeza de que essas diferenças farão toda a diferença para o aprendiz.

Este trabalho estrutura-se a partir do panorama exposto, com vistas a colaborar para a modificação no quadro de ensino-aprendizagem de língua. Objetiva-se buscar subsídios que deem sustentação à proposta de que ensinar a língua é ensinar o uso que o locutor dela faz. Para tanto, elege-se a enunciação benvenistiana como teoria a dar suporte a essa proposição. O teórico Émile Benveniste propõe a língua como um sistema que garante ao locutor

fazer-se sujeito quando dela se apropria, transformando-a em discurso. Dito de outra forma, o olhar da enunciação benvenistiana sobre a língua é particularizado, pois é entendida no interior de seu funcionamento, na interação entre interlocutores, com estatuto de produtora de sentido; o sentido dos fatos linguísticos que provêm de seu uso. Assim, esse enfoque enunciativo, contraria a orientação que considera exclusivamente a análise metalinguística da língua, mas sim prevê que o aluno aprenda a usar, adequadamente, a língua nas mais diversas situações de comunicação.

Na primeira parte, *Fundamentação Teórica da Teoria de Émile Benveniste*, apresenta-se uma revisão de literatura sobre os princípios fundamentais da teoria benvenistiana, enfocando-se alguns dos artigos escritos por Benveniste e publicados nos livros *Problemas de Linguística Geral I e II*, ou seja, são focalizados os textos que, como recorte teórico, sustentam a proposta deste trabalho de forma especial. São eles: “Os níveis de análise linguística”; “A forma e o sentido na linguagem”; “Semiologia da língua” e “O aparelho formal da linguagem”.

Na seção subsequente, denominada *Aspectos Metodológicos*, é apresentado o referencial bibliográfico que guia, sustenta e assegura a relevância desta pesquisa, ou seja, os artigos de Benveniste e de leituras detalhadas de autores que se debruçam sobre os estudos da enunciação, especialmente, da teoria de Benveniste.

Finalmente, com o título *Ensino de Língua Portuguesa, PCNs e Enunciação*, tenta-se comprovar que o ensino da língua portuguesa pelo viés enunciativo vai ao encontro do que propõem os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, isto é, orientar o ensino-aprendizagem da língua, privilegiando-se a reflexão sobre as práticas de uso. Esse enfoque subsidia, portanto, o objetivo deste trabalho. Nessa mesma seção, são apontados alguns exemplos de textos que circulam na mídia e estão presentes no dia a dia das pessoas, que exemplificam as questões aqui levantadas sobre cenas enunciativas.

Em vista disso, observa-se a necessidade de se pensar, de fato, em direcionar os currículos, os conteúdos de língua portuguesa e sua prática em sala de aula sob o enfoque do que recomendam os parâmetros e, diga-se, sob o que aponta a perspectiva da enunciação benvenistiana.

Fundamentos teóricos da teoria da enunciação, de Émile Benveniste

A enunciação é um terreno minado, afirmam Flores e Teixeira (2005, p. 11), já que a questão teórico-metodológica ainda se encontra pouco discutida e/ou delineada.

São considerados teóricos da enunciação desde Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Oswald Ducrot, Mikhail Bakhtin até, na atualidade, Jackeline Authier-Revuz, dentre outros. A seu modo, cada um deles imprime um olhar peculiar e particularizado sobre o fenômeno enunciativo, ainda que o caráter mantido em suas pesquisas autorize unificá-las numa linguística da enunciação. Por isso, faz-se necessário balizar a teoria enunciativa aqui elencada para fundamentar esta pesquisa, a teoria da enunciação, de Émile Benveniste.

Benveniste alicerça sua teoria em princípios estruturalistas, mas não é um continuador *stricto sensu* de Saussure, esclarecem Flores e Teixeira (2005, p. 30).¹ Parte das concepções saussurianas de estrutura, da relação paradigmática e sintagmática e de signo para chegar à enunciação. Flores *et al.* (2008, p. 22) observam que Benveniste, ao propor o aparelho formal da enunciação, considera a língua um sistema a comportar em sua organização um aparelho formal que autoriza ao sujeito enunciar nessa língua. Isso significa que Benveniste não prescinde da noção de estrutura para explicar a língua em uso, embora ultrapasse essa noção, concebendo-a como fenômeno que faculta ao locutor passar a sujeito quando da língua se apropria.

Os textos decisivos desse teórico encontram-se compilados em aproximadamente vinte ensaios, publicados nos livros *Problemas de Linguística Geral I e Problemas de Linguística Geral II*.² São olhares renovados das ciências humanas, prefacia Eduardo Guimarães, na 2ª edição do *PGL II*. Organizados em seções temáticas, nesses textos, Benveniste expõe os fundamentos básicos da Teoria da Enunciação. Assim, para sustentar uma reflexão sobre o ensino da língua, optou-se pela leitura e estudo atento desses livros, embora se tenha priorizado, como recorte teórico, alguns desses textos. Do *PGL I*, selecionou-se “Os níveis de análise” (Benveniste, 2005a [1964]), pertencente à seção *Estruturas e análises*. Do *PGL II*, “A forma e o sentido na linguagem” (Benveniste, 2006c [1966]) presente em *O homem na língua* e, finalmente, “Semiologia da língua” (Benveniste, 2006a [1969]) e “O aparelho formal da enunciação” (Benveniste, 2006b [1970]), concernentes ao bloco *A comunicação*.

No ensaio “Os níveis de análise linguística” (Benveniste, 2005a [1964]), Benveniste inicia a fundamentação do que será essencial para se compreender forma e sentido, aliás tema presente na quase totalidade dos textos lidos. Analisar a língua sob essa perspectiva de organização se acomoda sobremaneira a sua natureza, que se dá de forma articulada e por elementos distintos. Esse procedimento analítico consiste em duas operações,

¹ Flores *et al.* (2008, p.15) defendem “a hipótese de que a Linguística da Enunciação não só é tributária do sistema saussuriano – mesmo que não se encerre nele – como somente pode ser definida em sua relação com ele.”

² As nomenclaturas PLG I e PLG II, adotadas ao longo desta pesquisa, referem-se aos livros *Problemas de Linguística Geral I* (Benveniste, 2005b) e *II* (Benveniste, 2006d) respectivamente.

a segmentação e a substituição. A primeira consiste em reduzir os elementos em porções menores, até que se chegue aos elementos não decomponíveis, mas identificáveis – os merismas. Exemplificando: pode-se segmentar o signo [mala]³ em [m] [a] [l] [a], substituir o fonema [m] por [p] e obter-se (pala); o [a] por [ɛ] e lograr-se (mela) e o [l] por [p], obtendo-se (mapa) e, assim, sucessivamente. Ao nível dos fonemas, nível fonemático, conclui-se ser possível aplicarem-se as duas operações supracitadas, a segmentação e a substituição.

Entretanto, [m] não pode ser segmentado em porções menores, apenas identificado em porções mínimas, por meio dos traços que o distinguem – os traços distintivos, ou seja, as propriedades que diferenciam os fonemas e pelas quais são reconhecidos. Essas unidades não se deixam segmentar, apenas substituir. A título de exemplo, ao substituir-se o fonema [p] pelo fonema [b], estar-se-á substituindo apenas o traço de sonoridade, já que é apenas esse o traço que os diferencia, pois ambos são oclusivos e bilabiais. Os traços distintivos são também chamados merismas e constituem o nível merismático.

Nas designações de Benveniste (2005a, p. 129), diferenciam-se duas classes de elementos mínimos, os que são ao mesmo tempo segmentáveis e substituíveis, os fonemas; e os que são apenas substituíveis, os merismas. Observa o autor que essa diferença de alcance das operações de análise faz supor que os merismas não constituem classes sintagmáticas porque não são segmentáveis; todavia, por serem substituíveis, constituem as classes paradigmáticas. E mais, há entre esses níveis uma mútua relação: a combinação de merismas origina o fonema; a decomposição deles, dos merismas.

A análise de porções mais extensas possibilita a delimitação de uma nova unidade, o signo. Sublinha Benveniste (2005a, p. 131) que “uma unidade só será recebida como tal se se puder identificar em uma unidade mais alta.” Como exemplo, na cadeia [kurso], identifica-se, pelo método da segmentação e da substituição, nos moldes já registrados neste texto, a posição das unidades fonemáticas [u], [r], [s]. Autorizada pelo sentido, condição indispensável na análise, em português, apenas as sequências [urs], [rus] e [sur] podem delimitar uma nova unidade de nível superior. Ao contrário, as porções [rsu] e [usr], outras possibilidades de arranjo com as unidades em questão, não são admissíveis em nenhum nível.

Em outros termos, quer-se esclarecer com essa análise que a noção de nível supõe ser a língua um sistema em que as unidades de um nível, combinadas entre si, compõem um nível superior. Assim, da combinação dos fonemas passa-se ao signo ou às palavras que, combinadas a outras palavras, formarão a frase. Entretanto, a passagem da palavra à frase depende de noções de outra ordem, adverte Benveniste (2005a, p. 133):

quando passamos da palavra à frase, é preciso ver como se articulam as unidades segundo os seus níveis e explicitar várias consequências importantes das relações que elas mantêm. A transição de um nível ao seguinte põe em jogo propriedades singulares e despercebidas. Pelo fato de serem discretas, as entidades admitem duas espécies de relação: entre elementos de mesmo nível ou entre elementos de níveis diferentes. Essas relações devem ser bem distinguidas. Entre os elementos de mesmo nível, as relações são *distribucionais*; entre elementos de nível diferente, são *integrativas*.

De acordo com as palavras esclarecedoras de Benveniste, conclui-se que o merisma, unidade mínima de análise, só se define na relação integrante, pois não pode ser segmentado em constituintes, já que é esse o limite mínimo de análise. A frase⁴, por sua vez, define-se por seus constituintes, porém não pode integrar nenhuma unidade mais alta, pois é o limite superior de análise linguística. Contudo, entre o nível fonemático e o nível da frase, há o do signo ou da palavra⁵. Esse é o nível que Benveniste reconhece como intermediário, na medida em que, por sua natureza dupla, é passível de ser separado em constituintes, isto é, decompor-se em unidades fonemáticas (de nível inferior); e, por outro lado, pode integrar um nível superior, a frase.

Sumariamente, as relações são distributivas quando se dão entre elementos de mesmo nível. E, integrativas, quando acontecem entre elementos de nível diferente. Essa diferença nas formas de relação entre elementos linguísticos, ou constituinte ou integrante, propicia o entendimento entre forma e sentido, assim distinguida por Benveniste (2005a, p.135-136): “a forma de uma unidade define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior. O sentido de uma unidade linguística define-se como sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior.” Isso porque o sentido é condição fundamental e indispensável para que as unidades de todos os níveis adquiram “*status* linguístico”. Entretanto, forma e sentido

³ Esses, assim como os demais exemplos apresentados nesta seção, são de autoria desta pesquisadora.

⁴ Conforme Flores *et al.* (2008, p. 67), “[a] frase ou enunciado não tem sua extensão limitada por nenhum critério que seja “externo” à enunciação. Por isso, a frase pode ser constituída por apenas uma palavra ou mais palavras, não importando quantas sejam. Também pode compreender um conjunto de frases gramaticais que, na escrita, expressar-se-ia em um parágrafo; pode, ainda, se estender por mais de um parágrafo, cujo número não se pode precisar.

⁵ Conforme o Dicionário de linguística da enunciação, de Flores *et al.* (2009), a noção de palavra suscita a mediação entre a Teoria saussuriana do Signo Linguístico e a Teoria da Enunciação, de Benveniste. É a presença do homem na língua, marcada na proposta benvenistiana, que permite diferenciar signo linguístico de palavra. O signo é unidade da língua, conforme a proposta saussuriana, a palavra pertence ao discurso, na acepção de Émile Benveniste. Então, a palavra constitui a frase e, por meio de uma relação coletiva, nela se realiza. É, pois, por intermédio da palavra que a língua se atualiza.

não se excluem, ao contrário, definem-se um pelo outro, em toda extensão da língua, tanto em seu domínio como no do discurso, nível em que a frase se apresenta.

A palavra relaciona-se com a frase (unidade de nível superior) de maneira diferenciada com que mantém relação com o fonema (nível inferior), visto que os fonemas são segmentos que constituem as palavras. Todavia, as palavras não são segmentos das frases, mas constituintes dela. Benveniste (2005a p. 132) explica, “uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes.” A frase “é a própria vida da linguagem em ação”, pontua Benveniste (2005a p. 139), porque o discurso é sempre atualizado a cada vez que a língua é usada. Com ela, ultrapassa-se um limite, alcança-se um domínio diferente de análise linguística, visto que a frase não pode ser segmentada como são os fonemas e as palavras; também não integra níveis linguísticos superiores como essas unidades, tampouco é mensurável, isto é, não são contadas, nem limitadas, pois são configuradas a cada enunciação.

Em resumo, quando se diz que a frase une em si forma e sentido, diz-se que o sentido de uma frase é aquilo que o locutor deseja expressar; para tanto, ele agencia palavras e as organiza de maneira que, juntas, formando unidades semânticas, assegurem a formulação da ideia, no discurso. Forma e sentido, portanto, tanto estão na dimensão da língua como na do discurso. Flores *et al.* (2008, p. 71) explicam,

[na] frase articula-se a língua e o uso da língua, pois os constituintes da frase são os signos – formas da língua –, agora palavras que, ao mesmo tempo em que expressam distinção, porque integradas à frase, expressam sentido. As palavras são palavras no enunciado, são signos. Signo integrado à frase é palavra; palavra é, pois, forma e sentido. Sentido, então é relativo à enunciação, é relativo a uma ‘idéia’ que é expressa por quem usa a língua. Sentido, então, agora palavra, expressa um sentido, relativo à atribuição de referência, sentido que é expresso por inter-relações entre palavras que constituem o enunciado.

“A forma e o sentido na linguagem” é o texto em que Benveniste (2006c [1966], p. 221) expõe, com olhar linguístico e não filosófico, seus pontos de vista a respeito dessas noções; em sua concepção, “noções gêmeas” que são estudadas, antecipa ele, sob o enfoque da linguagem “ordinária” (comum), ainda que a poética também se beneficie. A bem da verdade, Benveniste reinterpreta a oposição entre a forma e o sentido no uso da língua. Reintegrando-as e esclarecendo-as, logra com o seu olhar, isto é, com a lente da enunciação, uma tentativa de resolver o problema da significação.

Para o autor, antes de qualquer aprofundamento à questão, “a linguagem significa” (2006c [1966], p.223). Esse é seu caráter essencial o qual garante todas as funções da língua que, apesar de diversas, podem ser resumidas à seguinte asserção: a língua serve para viver. A reflexão

de Benveniste particulariza a ideia de significação. Isso quer dizer que o autor exclui o psicologismo, a logicidade (de Carnap e Quine), não se ocupa da língua tomada em si mesma, e não utiliza conceito global. Por outro lado, Benveniste (2006c [1966], p.225) parte do entendimento de que a significação é algo da natureza da linguagem e o conceito mais aceito, segundo ele, é o seguinte: “a linguagem é a atividade significante por excelência, a imagem mesma do que pode ser a significação”.

Entretanto, há um caráter na linguagem, diferente do que se tratou até aqui, nas palavras de Benveniste (2006c [1966], p. 224), “o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido.” Em resumo, esse duplo caráter é o duplo aspecto da linguagem, semiótico e semântico, conforme será explicitado a seguir. Benveniste (2006c [1966], p. 225) sublinha algumas considerações a respeito das noções de significante e significado. Sobre o primeiro, aborda o nível da estrutura fonemática, nível em que se podem distinguir os fonemas que fazem parte do inventário de uma dada língua, daqueles que funcionam distintivamente no interior de tal estrutura. Sobre o significado, são colocadas em questão as noções de uso e de compreensão da língua, concebida como um princípio de discriminação. Dentro da semiologia, declara Benveniste (2006c [1966], p. 227), o signo não se define, “para que um signo exista, é suficiente que seja aceito e que se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos”. O autor assim exemplifica: “‘Chapéu’ existe? Sim. ‘Chaméu’ existe? Não.”

Significar, portanto, é ter um sentido que é dado pelos interlocutores da língua. Por outro lado, fora do uso o signo perde sua condição de existência. A partir desse enunciado de Benveniste (2006c [1966], p. 228), pode-se inferir que o quadro semiótico da língua (a relação paradigmática) não trata a relação do signo com o mundo, mas das relações internas da língua,

[t]udo que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz ‘semiológico’ diz ‘intralinguístico’. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa.

A outra modalidade fundamental da função linguística – a semântica – coloca em evidência relações novas. Trata-se do domínio da frase, enquanto produtora de discurso, isto é, a língua colocada em uso pelo locutor. Nessa medida, para Benveniste (2006c [1966], p. 230), a unidade semântica é a palavra, ou seja, o signo do inventário semiótico da língua, utilizado em situações particularizadas, especializadas, circunstanciadas. Flores e Teixeira (2005, p. 71) esclarecem, “[a]s palavras são palavras no enunciado; retiradas do enunciado, são

signos. Signo integrado à frase é palavra; palavra é, pois, forma e sentido”.

Conforme Benveniste (2006c p. 230), o sentido se realiza pela organização sintática que as palavras assumem na frase a fim de que uma ideia seja expressa pelo locutor. Isso significa dizer que o sentido da frase é dado pela ideia que ela exprime e o da palavra é dado pelo seu uso. O locutor seleciona e particulariza as palavras em consonância com a ideia a expressar e de acordo com a situação a que essa ideia se refere, ou seja, a referência. Sentido é, portanto, concernente à enunciação. Sentido, para Flores *et al.* (2008, p. 72), “é relativo à atividade do sujeito com a língua. É o sujeito que ‘organiza’ as palavras de uma certa maneira, porque há uma ideia que é sua, que diz sua atitude e que diz a situação enunciativa.”

Em “Semiologia da língua”, Benveniste (2006a [1969]) se preocupa inicialmente em apontar os lugares ocupados por Saussure e por Pierce na concepção e na instauração de uma ciência dos signos - a Semiologia. O autor expõe as relações de ordem metodológica e prática relacionadas ao objeto de estudo desses gênios. Pierce não atentou para a língua e tampouco para seu funcionamento. Em contrapartida, declara Benveniste (2006a [1969], p. 44), Saussure tomou a língua como objeto exclusivo de investigação.

Após uma exposição sobre o estatuto da língua enquanto sistema de signos, Benveniste (2006a [1969], p. 64-65) apresenta a dupla significância da língua. De um lado, semiótica, cujo modo de significância e unidade é o signo; de outro, semântica, formada pelo discurso, cujas unidades são as palavras. Essas relações implicam admitir a língua sob dois domínios diferentes, o de significação (distinção) e o de interpretação. Ao domínio semiótico, cabe identificar e descrever a distintividade das unidades; ao semântico, cabe interpretar a língua em uso. Em outros termos, essa relação supõe as noções de forma e sentido. Na leitura de Flores, considerar a dupla significância da língua é atribuir-lhe o distintivo de poder interpretar-se a si mesma: é sistema interpretado e é sistema interpretante. Essa e as outras dualidades, segundo o autor, garantem à língua o estatuto de língua, sem o qual ela é apenas possibilidade. Tais questões reportam, portanto, ao caráter intersubjetivo da língua, ou seja, conforme Flores *et al.* (2008, p. 74), “o tomar a palavra implica a utilização de uma forma da língua - *eu* - que constitui o sujeito da e na língua, e constitui *tu*, o *não-eu* que reconhece e compreende, é passível de tornar-se *eu*.”

Com a definição de enunciação, apresentada no texto “O aparelho formal da enunciação”, isto é, “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, Benveniste (2006b [1970], p. 82) guia o estudo de sua teoria. O ato enunciativo, explica, não é o texto, mas a produção do enunciado pelo locutor seja para enunciar-se por intermédio da fala seja por intermédio da escrita. Flores e Teixeira (2005, p. 35), em

consonância com essa concepção de enunciação benvenistiana, esclarecem que o ato, objeto de estudo da linguística da enunciação, separa-se do produto, o discurso, isto é, a língua transformada individualmente. Nessa passagem, de língua a discurso, dá-se a semantização da língua. Isto é, quando locutor e alocutário se apropriam da língua e criam um centro de referência interno.

São diversos os aspectos que podem ser abordados nos estudos sobre a enunciação, mas Benveniste, nesse ensaio, trata do quadro formal de sua realização, ou seja, trata da referência. Nas palavras de Flores *et al.* (2008, p. 49), pelo estudo do ato individual da enunciação, Benveniste investiga a língua em funcionamento, isto é, através do *eu-tu-aqui-agora*, quadro formal da enunciação. Segundo os autores (Flores *et al.*, 2008, p. 50), o quadro da enunciação e o quadro da língua são apenas de início considerados opositivos, já que, para enunciar, é necessário lançar mão do que os autores chamam de “sistema tesouro que cada indivíduo tem armazenado em seu cérebro e que é comum a todos os que compõem uma comunidade”, ou seja, a língua.

Benveniste (2006b [1970], p. 84) afirma ser a ocorrência do índice de pessoa que possibilita a enunciação e distingue: “o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu* o indivíduo que aí está presente.” Para explicar essa problemática, Flores *et al.* (2008) destacam a crítica de Benveniste em relação à simetria com que é tratada a noção de pessoa, sob o enfoque tradicional, ou seja, relativa apenas ao verbo e ao pronome pessoal. Assim como apresenta a seguinte proposta do autor: “a primeira pessoa é tomada como ‘aquele que fala’; como ‘aquele a quem nos dirigimos, a segunda e a terceira, como ‘aquele que está ausente’”.

De forma sumária, pode-se dizer que as manifestações do sujeito e de seu interlocutor criam um centro de referência interno na enunciação, sendo que eu e tu constituem, de forma opositiva, a noção de pessoa, enquanto ele é a não-pessoa. Em conformidade com Flores *et al.* (2008, p. 51), na enunciação eu diz eu. Isso significa a tomada da palavra pelo sujeito – referente *eu*; e, *eu*, sujeito referido. Assim, a relação discursiva entre parceiros fixa, alternadamente, duas figuras no enunciado, uma da ordem da origem, outra, da finalidade da enunciação. A essa estrutura de diálogo, a qual comporta também o monólogo, dá-se o nome de “quadro figurativo da enunciação”. Um ato individual de utilização da língua, a enunciação, institui noções linguísticas das quais procedem todos os outros princípios dessa teoria. Isso quer dizer que todas as instâncias da língua podem ser submetidas ao olhar enunciativo. Flores *et al.* (2008, p. 49) examinam a noção de língua em funcionamento através da exposição do quadro da enunciação - eu-tu-aqui-agora. Explicando melhor, o quadro formal da enunciação é, para Flores e Teixeira (2005, p. 36), “uma espécie de dispositivo que as línguas têm para que possam ser enunciadas.” Quando

o dispositivo natural das línguas é acionado, ou seja, a cada produção de discurso, emergem as marcas de pessoa eu-tu e da não-pessoa, ele, assim como as noções de espaço e tempo, aqui-agora, em momento único e renovado a cada situação enunciativa. Essa irrepetibilidade se deve ao fato de que jamais espaço, tempo e pessoa podem ser eternizadas no uso da língua.

Entretanto, dentro dessa lógica, Flores *et al.* (2008, p. 55) destacam que esse presente difere-se do gramatical; é, pois, apenas a indicação da simultaneidade entre o ato de dizer e o momento em que é dito. As noções de espaço-tempo e de pessoa - eu-tu-aqui-agora, nascem na e da enunciação, constituindo-lhe o quadro formal esboçado por Benveniste no interior da língua. Tem-se, portanto, instituído pelo aparelho formal da enunciação, formalizado em eu-tu-aqui-agora, a dupla significância da língua. Em outras palavras, o quadro enunciativo permite que se entendam os planos semiótico e semântico como maneiras complementares de ser da língua, quando o sujeito nela se insere e dela se apropria, identificando signos e, com eles, organizando as frases.

Ao longo dessas páginas, fez-se a leitura de alguns dos textos de Benveniste (2005a, 2006a, 2006b, 2006c), pois neles se evidencia a concepção de linguagem que permite compreender o estudo da língua em uso, cujas reflexões permitem transcender a imutabilidade e a inflexibilidade presentes em estudos gramaticais centrados em regras rígidas e pré-estabelecidas.

Aspectos metodológicos

De cunho bibliográfico, esta pesquisa tem como referencial teórico as obras de Émile Benveniste, *Problemas de Linguística I e II*. Desse conjunto de textos, foram selecionados quatro artigos em que o autor apresenta os princípios básicos de sua teoria linguística, a Teoria da Enunciação. São eles: “Os níveis de análise linguística” (2005a [1962]); “A forma e o sentido na linguagem” (2006c [1966]); “Semiologia da língua” (2006a [1969]); “O aparelho formal da linguagem” (2006b [1970]).

Também sustentam este trabalho os estudos de Valdir Flores e Marlene Teixeira, registrados em *Introdução à Linguística da Enunciação* e em *Enunciação e Gramática*, trabalho também de Flores juntamente com o de Silvana Silva, de Sônia Lichtenberg e de Thaís Weigert, ambos resultados de leitura minuciosa do pensamento de Benveniste. Além de dar sustentação a esta pesquisa, os fundamentos teóricos da enunciação benvenistiana respondem ao que preconizam os PCNs sobre o ensino de língua portuguesa, isto é, a recomendação de que seja priorizado o desenvolvimento das competências e habilidades para o uso da língua, no interior de seu funcionamento, na interação entre interlocutores.

Embora de cunho bibliográfico, ter-se-á, nesta pesquisa, ainda que breves, algumas possibilidades práticas de aplicação do que se entende por sintagmação-semantização, conforme Flores *et al.* (2008, p. 73), “termo

que apresenta o sujeito implicado no exercício da língua, dizendo-se e dizendo a situação enunciativa”.

Assim sendo, os pressupostos teóricos benvenistianos guiaram a feitura deste trabalho, sustentando-o e assegurando-lhe sua relevância. E, nessa perspectiva, o que se pretendeu apontar aqui é que a língua, ao ser considerada e ensinada com o olhar sobre sua materialidade, como propõe Benveniste, impõe-se como objeto produtor de sentido.

Ensino de língua portuguesa, PCNs e enunciação

A formação de indivíduos com competência linguística para participar ativamente das mais diversas situações comunicativas deve ser o objetivo das aulas de língua portuguesa no Ensino Básico, ou seja, encontrar metodologias afinadas com práticas pedagógicas curriculares que contribuam objetivamente para essa formação. A proposta dos PCN vai ao encontro de muitas dessas expectativas de mudanças, especialmente, por visar à organização de conteúdos direcionada por dois eixos: as práticas de uso da linguagem e as práticas da reflexão sobre a língua e a linguagem. E, nessa linha, portanto, dentro das práticas de uso, valorizar a prática de escuta e de leitura de texto, bem como a prática de produção de textos orais e escritos, ou seja, enfatizar práticas notadamente enunciativas que se definem por privilegiar o uso concreto da língua.

Em diálogo com essa maneira de ver o ensino competente da língua, entendida no interior do seu funcionamento, na interação entre interlocutores, para subsidiar uma nova perspectiva metodológica relacionada às práticas educativas e melhorar a qualidade do ensino, foram elaborados os PCNs. Através dessa proposta, o ensino de língua portuguesa ganha uma revisão em suas práticas, em especial, ressignificando a noção de erro, admitindo as variedades linguísticas, valorizando a reflexão que o aluno deve fazer sobre a linguagem e o trabalho com textos reais. Portanto, esse renovado olhar sobre a leitura e produção de textos orais e escritos - cenas enunciativas reais - permitirá aos alunos, acredita-se, apropriarem-se, de fato, da língua, com a finalidade de usá-la de maneira eficaz. E, nessa medida, esse olhar ganha perspectiva enunciativa. Segundo o próprio documento (2000, p. 28):

[a] atividade mais importante, pois, é a de criar situações em que os alunos possam operar sobre a própria linguagem, construindo pouco a pouco, no curso dos vários anos de escolaridade, paradigmas próprios de fala de sua comunidade, colocando atenção sobre similaridades, regularidades e diferenças de forma e de usos linguísticos, levando hipóteses sobre as condições contextuais e estruturais em que se dão. É, a partir do que os alunos conseguem intuir nesse trabalho epilinguístico, tanto sobre os textos que produzem como sobre os textos que escutam ou leem, que poderão falar e discutir sobre a linguagem, descrição dos aspectos observados por meio da categorização e tratamento sistemático dos diferentes conhecimentos construídos.

Há algumas décadas, desde aproximadamente a segunda metade do século XX, existe a preocupação e a evidência da necessidade de mudanças na reorganização do ensino no Brasil. Mas é a partir dos anos 80, referem os PCNs (Brasil, 2000, p. 17), que se produzem pesquisas afinadas com uma linguística independente da tradição apenas normativa de estudo da língua. Naquele momento, as críticas mais frequentes, dentre outras, em relação ao ensino de língua portuguesa, pontuavam a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção; o ensino descontextualizado da metalinguagem, associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas; a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente.

Diante dessas considerações, pode-se observar que as críticas que encabeçavam as listas das pesquisas linguísticas daquela década continuam sendo as mesmas que motivam este trabalho. Sabe-se que à escola cabe ampliar competências e, dentre outras, a leitura e a escrita. No Brasil, porém, a cada ano, pesquisas e avaliações revelam que a escola brasileira não tem dado conta de formar leitores e escritores proficientes. Por outro lado, estudos científicos têm apontado, como um dos responsáveis por resultados tão insatisfatórios, o ensino descontextualizado da língua portuguesa, ou seja, o ensino da língua fora de situações reais de uso, apenas com finalidade metalinguística, privilegiando as regras gramaticais fixadas e previstas, o que contraria a própria natureza dinâmica das línguas, meio de interação entre locutores.

Rojo (2001, p. 27) argumenta que os Parâmetros constituem-se em diretrizes que norteiam os conteúdos dos currículos, porém com o cuidado de não pré-fixar um ou outro em objetivos. Não formulam, em vista disso, modelos de atividades para a prática em sala de aula, mas oferecem relevantes orientações que defendem o não engessamento dos conteúdos que fazem parte dos currículos, bem como ao incentivo da prática reflexiva nas análises dos fatos linguísticos e nas atividades linguísticas realizadas com os alunos, enfatizando as situações reais de uso da língua.

Certamente isso não significa uma apologia à liberdade total, em que cada um possa fazer o que quer e o que bem entende na utilização do idioma, até porque isso não seria viável do ponto de vista comunicativo. É certo, pois, que os usos da língua estão submetidos à aplicação de regras, entretanto, as prescrições absolutas, inflexíveis, rígidas, imutáveis implicam, muitas vezes, equívocos. Mais adequado é relativizar, refletir, analisar a língua em uso em dada cena enunciativa.

Conforme postulam os PCNs (Brasil, 2000, p. 39), quando se fala em análise linguística reflexiva, faz-se referência às atividades classificadas como epilinguísticas e metalinguísticas, diferenciadas entre si, pela suas finalidades. “Nas epilinguísticas a reflexão está voltada para o uso, no próprio interior da atividade linguística em que

se realiza.” As metalinguísticas “estão relacionadas a um tipo de descrição, pelo meio da categorização e sistematização dos elementos linguísticos.” Para além de formas habituais de ensino da língua, são questões específicas que ocupam as discussões sobre como imprimir qualidade ao trabalho de análise e reflexão sobre a língua portuguesa em todos os ciclos.

A respeito dessa problemática, sugerem os parâmetros (Brasil, 2000, p. 39) que as ações didáticas devem “centrar-se na atividade epilinguística, na reflexão sobre a língua em situação de produção e interpretação como caminho para tomar consciência e aprimorar o controle sobre a própria produção linguística.” Os elementos para uma análise metalinguística ficariam para depois, numa introdução progressiva.

Em vista dessas discussões, entende-se que a reflexão é a palavra de ordem, é o conceito que deve nortear as ações do professor sobre as operações e processos para buscar a compreensão do aluno sobre as ocorrências e recorrências dos fenômenos linguísticos, a possibilidade de sistematizá-los e categorizá-los contextualmente. Alia-se a essa visão, o ensino enunciativo de língua portuguesa, fundamentado na teoria da enunciação benvenistiana, “a situação enunciativa é singular, somente existe na perspectiva do *eu* em relação com o *tu*, inseridos numa instância discursiva única (aqui-agora). Para bem fundamentar essa questão, Flores *et al.* (2008, p. 37) explicitam:

Benveniste concebe uma oposição entre a Linguística das formas e a Linguística da Enunciação. À primeira caberia a descrição das regras responsáveis pela organização formal da língua, ou seja, ela se preocuparia com um objeto estruturado do qual seriam descritas as regras imanentes a ele. A segunda pressuporia a anterior e incluiria no objeto de estudo a enunciação. Para Benveniste, a enunciação entendida como o ‘colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização’ (1989, p. 82) possibilita separar ao mesmo tempo a língua por um ato – objeto de estudo da Linguística da Enunciação – do produto, isto é, o enunciado. Este ato é o próprio fato de o locutor relacionar-se com a língua a partir das formas linguísticas da enunciação que marcam essa relação.

Esse olhar diferenciado parece significar uma arrancada no processo de transformação nas políticas de ensino de língua no Brasil que já começam a frutificar, haja vista as novas exigências do português no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Para o Ministério da Educação e Cultura, essas inovações sinalizam para mudanças no tipo de formação tanto no Ensino Médio como no Fundamental, porque estão voltadas para a solução de problemas em detrimento da forma exclusivamente conteudista tradicional. Isso, certamente, provocará modificações importantes no que tange ao trabalho com a linguagem no cotidiano da escola básica, desencorajando aulas de português mecanizadas, em que são estudadas regras sem a compreensão da sua verdadeira utilização. Sob essa lente, está implicado que a língua portuguesa ganha

dinamicidade no texto, no enunciado, já que a proposta é a de que haja um afastamento da visão estritamente gramatical e se passe a considerar o uso e o funcionamento discursivo da língua. Sumariamente, as mudanças encaminham para o uso dado à língua portuguesa nas mais diversas cenas enunciativas.

Por conseguinte, essas recentes diretrizes opõem-se aos já mencionados manuais e outros materiais que pautem o ensino da língua apenas normatizado e fora de cenas enunciativas, por outro lado, parecem dar assentimento à ‘gramática da língua-discurso’, a qual trata dos aspectos envolvidos no uso da língua em uma dada situação, pois, considera, conforme Benveniste (2006c, p. 231),

sentido e referência; o sentido de uma palavra é seu emprego, e a referência é o objeto particular a que a palavra corresponde da circunstância ou do uso. A referência de uma frase é a ideia que ela expressa, e a referência é o estado das coisas que o provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que *nós não podemos jamais prever ou fixar*.

Seja qual for o fenômeno linguístico, argumentam Flores *et al.* (2008, p. 180), poderá ter a mirada benvenistiana, desde que seja analisado de acordo com “referência às representações do sujeito que enuncia, à língua e a uma dada situação”. Dentro dessa perspectiva, a seguir, serão apresentadas três análises textuais, enfocando-se as relações entre enunciação (que pressupõe o sujeito), texto, ensino canônico de língua portuguesa e produção de sentidos. Mostra-se que, mesmo com pouca procura, é comum encontrar textos nos quais se confirma o resultado da ação do sujeito enunciativo sobre a língua, levando-o, algumas vezes, a subverter e/ou desconstruir paradigmas a fim de promover sentidos.

Exemplo 1.

Skol - A cerveja que desce redondo
(Medeiros e Lima, 2010).

O enunciado acima é um anúncio publicitário circulante nas mídias atuais, em que se destaca a mobilização do texto “A cerveja que desce redondo”, como marca importante do papel da sintagmação a serviço da semantização promovida pelo sujeito. Dito de outra forma, intencionando sublinhar as vantagens do produto para chamar a atenção, o sujeito subverte as regras gramaticais fixas e previstas e subordina a sintagmação à semantização, pois, ao se proceder à análise sintática nos moldes canônicos, no enunciado “A cerveja que desce redondo”, a palavra “redondo”, classificada morfologicamente como adjetivo, está modificando um verbo, informando o modo como se deu a ação verbal (verbo descer), comportando-se como um advérbio e, portanto, sintaticamente sendo classificado como um adjunto adverbial.

Para esclarecer o processo acima, isto é, a sintagmação-semantização, recorre-se à dupla significância da língua – o âmbito semiótico (da língua) e o semântico (do discurso). Conforme Flores *et al.* (2008, p. 75), “a significância do discurso contempla a significância do signo, apresentando-o sintagmatizado e semantizado na frase”. Os modos semiótico e semântico convivem no funcionamento da língua, complementando-se, pois a frase (unidade mínima do discurso) reúne em si forma e sentido. Portanto, os dois modos de ser da língua estão subjacentes à noção de sintaxe que, na teoria da enunciação benvenistiana, adquire estatuto diverso de outras teorias.

Flores *et al.* (2008, p.72) explicitam: “nessa perspectiva, sintaxe não é relativa à linearidade, uma vez que o enunciado, como já se viu, é um todo relativo a uma ideia, porque é produto da enunciação”. Sintaxe, portanto, tem a ver com atualização, a palavra em uso no enunciado. Isso implica dizer que o locutor se apropria de itens da língua (léxico, gramática) para organizá-los sintaticamente, a fim de expressar aquilo que deseja, subordinando a sintaxe à semântica. Dito de outra maneira, o locutor, enquanto sujeito, coloca a sintaxe a serviço do sentido que deseja expressar, nem que, para isso, necessite realizar algumas subversões e/ou desconstruções.

Exemplo 2.

A cada início da temporada das semanas de moda (em janeiro no Brasil, a partir de fevereiro no exterior), as agências de modelo vendem seus peixes, seus peixões na verdade de formas sempre criativas (Feix, 2009).

O vocábulo “peixões”, no enunciado acima, é classicamente considerado pela morfologia como um substantivo com significação de exagero, isto é, substantivo de grau aumentativo/plural, em razão do sufixo “ões”. Logo, “peixões” significaria, não fosse o sentido que lhe é atribuído pelo sujeito, no texto, peixes grandes. No texto, entretanto, o sujeito se apropria da língua e usa o vocábulo “peixões” não para falar de peixes de dimensões consideráveis, mas para falar de modelos, mulheres muito belas. Assim, o termo “peixões” adquire um novo sentido, o sentido assumido é a ideia que exprime a intenção do locutor.

Benveniste (2006c, p. 229), em “A forma e o sentido na linguagem”, expõe sua concepção de semântica:

[a] noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez a língua sua função mediadora entre homem e homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas transmitindo a informação], comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constrangendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência.

Na concepção benvenistiana de semântica, verifica-se que os homens interagem por meio da língua, deixando a marca de sua intenção nessas relações. Ou seja, o significado que o sujeito imprime ao signo não é tomado de forma independente, mas sim está relacionado com aquilo que quer dizer. O sentido, pondera-se, é a ideia que se deseja exprimir veiculada pelo agenciamento da palavra e pela sua organização sintática.

Exemplo 3.

Em 13 dias, no terceiro sábado do ano, o Gauchão entra na sua 90ª edição, envolvendo 16 clubes, quatro da capital, um Estado inteiro, um mundo de paixões (Pires, 2010).

O substantivo aumentativo ‘Gauchão’⁶, destacado no enunciado acima, é uma palavra que está sintaticamente relacionada a outras, de forma que dessa convivência pode-se apreender que o sentido dado pelo sujeito não está relacionado ao aumentativo do substantivo gaúcho, dado pelo sufixo “ão” formador do vocábulo. “Gauchão”, no texto em análise, não significa gaúcho (indivíduo nascido no Rio Grande do Sul) de aspecto físico grande, mas como palavra atualizada, marca do enunciador, denomina um campeonato futebolístico realizado no Rio Grande do Sul, apenas com a participação de times da capital e do interior do estado.

Percebe-se que os vocábulos “gauchão” e “peixões”⁷, não estão significando gaúcho e peixe grande em suas cenas enunciativas. Esse exemplo vem cotejar, portanto, a classificação apriorística de que os sufixos “ão” e “ões”, respectivamente, sejam apenas elementos mórficos formadores de aumentativo, como postulam (ainda) algumas análises encontradas em livros didáticos e/ou gramáticas, quando expõem sobre os valores semânticos dos sufixos. Flagra-se, nessas poucas amostras, as marcas deixadas, no enunciado, pelo locutor, quando esse se propõe como sujeito, no discurso, ao escolher itens lexicais e/ou gramaticais para expressar determinado sentido.

Assim, mesmo que sejam poucos os enunciados citados, pode-se questionar o ensino da língua portuguesa, cujos paradigmas sejam apenas análises metalinguísticas rígidas e rigorosas que desconsideram a cena enunciativa, isto é, eu-tu-aqui-agora. Nas palavras de Benveniste (2006d, p. 29):

[a] linguística é a tentativa de compreender este objeto evanescente: a linguagem, para estudá-la como se estudam os objetos concretos. Trata-se de transformar as palavras que voam – o que Homero chamava “as palavras aladas” – em uma matéria concreta, que se estuda, que se dissecar, onde se delimitam unidades, onde se isolam níveis. É pelo menos uma tendência desta disciplina, procura se constituir como, ciência; quer dizer procura em seguida forjar os métodos próprios para delimitar, para analisar esta matéria.

Diante dessas considerações e das demais que se tem apontado ao longo deste texto, acredita-se que a escola brasileira de ensino básico precisa estabelecer um olhar mais científico para o ensino de língua portuguesa, o que justificaria e validaria ainda mais a pesquisa acadêmica relacionada ao assunto. A essa problemática impõe-se, segundo Flores e Mello (2009, p. 194), uma constatação: “o distanciamento entre a excelente pesquisa universitária acerca da linguagem no Brasil e o ensino de língua materna nas escolas dos níveis médio e fundamental precisa ser diminuído.” Nessa medida, continua Flores, é dever do pesquisador fazer com que sua pesquisa chegue mais perto das práticas de sala de aula e beneficie professor e aluno. Assim, entende-se que a Teoria da Enunciação, de Benveniste, seja basilar nos estudos da língua e, portanto, deva chegar às práticas de ensino, através da contínua formação do professor.

Considerações finais

Apresentou-se, como objetivo, no início deste trabalho, a tentativa de mostrar a importância do estudo da enunciação benvenistiana para o ensino de língua portuguesa, considerando-se o insucesso da escola na formação de indivíduos com competência linguística para participar ativamente das mais diversas situações comunicativas. Como principal responsável por essa situação, aponta-se o ensino de língua portuguesa centrado na forma estática e engavetada de considerar a língua, negando-lhe o que é legítimo de sua natureza, a dinamicidade e a singularidade.

A Teoria da Enunciação, de Benveniste, parte de conceitos saussurianos, mas os ultrapassa, pois propõe e associa a diferença entre língua e discurso, ao colocar o sujeito no centro de referência, para explicar as marcas por ele deixadas na enunciação, quando se apropria do aparelho formal da língua, posicionando-se como sujeito, isto é, marcando-se como eu, instaurando o tu e o ele em seu discurso. Como recorte teórico, elegeu-se quatro dos artigos que compõem a teoria benvenistiana: “Os níveis de análise linguística”; “A forma e o sentido na linguagem”;

⁶ Essa leitura aproxima-se da análise realizada por Flores e Mello (2009, p.213), sobre o sufixo “ão” e “inha”, no texto “Honrar pai e mãe”.

⁷ Ainda que esses sufixos “ão” e “ões” não representem o uso canônico do aumentativo, significando grandes dimensões, são essas duas formas diferenciadas entre si. Em “ões”, de peixões, constata-se a apropriação da língua, pelo sujeito, numa determinada cena enunciativa, cuja ocorrência, marcada pela irrepetibilidade do ato, é manifestação de subjetividade. Em “ão”, de “Gauchão”, ao contrário, existe uma forma já cristalizada socialmente para nominalizar o evento esportivo, o que faz com que as duas formas, gauchão (indivíduo nascido no RS de aspecto grande) e Gauchão (Campeonato) coexistam, com formas iguais e sentidos diferentes.

“Semiologia da língua”; “O aparelho formal da enunciação”, por serem os textos que mais especificamente subsidiavam esta pesquisa.

As leituras realizadas permitem que se formulem algumas considerações pertinentes:

- (i) a enunciação não é um nível de análise linguística, mas um ponto de vista de análise linguística, cujo enfoque privilegia a inter-relação entre os níveis da língua e não a análise isolada da palavra. A esse mecanismo dá-se o nome de transversalidade, pois permite que a análise perpassa transversalmente (não linearmente) todos os níveis linguísticos;
- (ii) é através da língua em ação que os interlocutores agenciam palavras, organizam-nas intencionalmente e deixam suas marcas no enunciado;
- (iii) é pelo fenômeno da dupla significância da língua, âmbito semiótico e âmbito semântico, que os signos tornam-se palavras, ambos comportando forma e sentido, portanto, expressando o que desejam os interlocutores;
- (iv) a enunciação, conforme define Benveniste (2006b, p. 82), é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Em outras palavras, quando quer expressar sentidos, o locutor faz uso da palavra, apropria-se dos recursos linguísticos, organiza-os sintagmaticamente; enuncia e se enuncia como sujeito.

Dentro desse arcabouço teórico, tenta-se mostrar, portanto, a relevância do papel da abordagem enunciativa no ensino de língua portuguesa, em especial, no trabalho com a produção de sentido. Corroborando com tal postura, apontaram-se os PCNs como possibilidade de aproximar os estudos acadêmicos teóricos com a realidade da sala de aula, por acreditar-se que as bases desse documento fornecem ao professor de português, através das diretrizes propostas, o ponto de vista enunciativo mais próximo das práticas em sala de aula, não como receitas prontas e acabadas, mas como perspectiva de ação e de reflexão.

Sem rechaçar o ensino das regularidades da língua (âmbito semiótico), mas ultrapassando seus limites,

o ensino de língua portuguesa, ao adotar o escopo da enunciação de Benveniste, de muito se beneficiará, haja vista que o trabalho com os recursos linguísticos e sua sintagmação será mais significativo se for considerada a semantização, o sentido dentro de determinada cena enunciativa. Em outras palavras, o benefício está em ensinar a língua portuguesa, tendo-se como perspectiva o enquadre enunciativo (eu-tu-aqui-agora).

Referências

- BENVENISTE, E. 2005a [1964]. Os níveis de análise linguística. In: E. BENVENISTE, *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, Pontes, p. 127-140.
- BENVENISTE, E. 2005b. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, Pontes, 387 p.
- BENVENISTE, E. 2006a [1969]. Semiologia da língua. In: E. BENVENISTE, *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, p. 43-67.
- BENVENISTE, E. 2006b [1970]. O aparelho formal da enunciação. In: E. BENVENISTE, *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, p. 81-90.
- BENVENISTE, E. 2006c [1966]. A forma e o sentido na linguagem. In: E. BENVENISTE, *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, p. 220-242.
- BENVENISTE, E. 2006d. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 294 p.
- BRASIL. 2000. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília, MEC/SEF, 106 p.
- FEIX, D. 2009. Contracapa. *Zero Hora*. Porto Alegre, 30 dez., p. 8.
- FLORES, V.; TEIXEIRA, M. 2005. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo, Contexto, 125 p.
- FLORES, V.; MELLO, V.H.D. 2009. Enunciação, texto, gramática e ensino da língua materna. *Ciências & Letras*, **45**:193-218.
- FLORES, V.; BARBISAN, L.B.; FINATTO, M.J.B.; TEIXEIRA, M. 2009. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo, Contexto, 284 p.
- FLORES, V.; SILVA, S.; LICHTENBERG, S.; WEIGERT, T. 2008. *Enunciação e gramática*. São Paulo, Contexto, 187 p.
- MEDEIROS, M.; LIMA, E.C. 2010. Rótulos de Cerveja: análise gráfica. Disponível em www.users.rdc.puc.rio.br/ednacunhalima. Acesso em: 02/01/2010.
- PIRES, L.Z. 2010. Bola Dividida. *Zero Hora*. Porto Alegre, 3 jan., p. 37.
- ROJO, R. 2001. Modos de transposição dos PCNs às práticas de sala de aula: Progressão Curricular e projetos. In: Rojo H.R. (org.) *A prática de linguagem em sala de aula Praticando os PCNs*. Campinas, Mercado de Letras/EDUC, p. 27-40.

Submissão: 05/05/2011

Aceite: 30/07/2011

Celia Helena de Pelegrini Della Múa

UNIFRA - Centro Universitário Franciscano

Rua dos Andradas, 1614

97010-032, Santa Maria, RS, Brasil

Grisê de Mattos Gründling

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

Av. Independência, 2293, Bairro Universitário

96815-900, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil